

BMW GROUP

Serviços Financeiros

BMW FINANCEIRA S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

CNPJ nº 04.452.473/0001-80

BMW

MINI

Relatório da Administração

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da BMW Financeira S.A. – CFI submete à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras, acompanhadas das Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes correspondentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025. **Ativos totais:** Os ativos totais atingiram, em 31 de dezembro de 2025, o montante de R\$ 4.194.097 mil. **Operações de crédito:** A BMW Financeira S.A. – CFI desenvolve políticas e estratégias para o Gerenciamento do Risco de Crédito de forma a garantir que as provisões sejam estabelecidas de forma adequada ao grau de risco dos clientes. Além disso, monitora de forma recorrente, os valores de garantias contratuais e o comportamento dos contratos em carteira. A carteira de Operações de Crédito atingiu o montante de R\$ 3.987.324 mil em 31 de dezembro de 2025. Em 01 de janeiro de 2025 entrou em vigor novas normas que tratam da classificação e mensuração de instrumentos financeiros e das provisões para perdas esperadas, conforme descrito na nota 2. A Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito atingiu o montante de R\$ 80.628 mil em 31 de dezembro de 2025. **Patrimônio líquido e resultado:** O Patrimônio Líquido total atingiu, em 31 de dezembro de 2025, o montante de R\$ 632.916 mil. A BMW Financeira S.A. – CFI encerrou o exercício em 31 de dezembro de 2025 com um lucro líquido de R\$ 63.741 mil. **Equidade salarial entre gêneros:** Conforme estabelecido na Lei 15.177/25, informamos que a BMW Financeira S.A. segue uma política global de atração, remuneração e promoção com base em equidade e inclusão, garantindo que não haja qualquer tipo de discriminação. As decisões sobre salários e evolução na carreira são tomadas com base em critérios objetivos: - Estrutura salarial por cargo e parâmetros de mercado; - Nível hierárquico e grade da função; - Avaliação de desempenho individual (atingimento de metas e comportamento); - Competências, experiências prévias e conhecimentos adquiridos na organização; - Tempo de vínculo com a organização e na função exercida. A empresa reafirma seu compromisso com o atendimento às normas regulatórias e apresenta os indicadores do exercício atual e do exercício anterior relativos à equidade salarial entre gêneros: Quantidade e a proporção de mulheres contratadas, por níveis hierárquicos:

Cargo/Função	2024	2025
Analista	18 – 60,0%	16 – 55, 6%
Especialista/Gerente	8 – 42,1%	10 – 55,6%
Gerente Sr/Diretor	5 – 71,4%	5 – 71,4%
Diretor Presidente	0 –0%	0 –0%

Balanco Patrimonial em 31/12/2025		(Em milhares de Reais)			
Ativo	Notas	Dez/25	Passivo	Notas	Dez/25
Caixa e equivalente de caixa	4	85.803	Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado		1.081.259
Ativos financeiros			Empréstimos no exterior	8	1.053.139
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado		12.709	Instrumentos financeiros derivativos	5	28.120
Instrumentos financeiros derivativos	5	12.709	Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado		2.361.627
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado		3.906.696	Depósitos interfinanceiros	7	85.749
Operações de crédito – financiamentos	6	3.987.324	Depósitos a prazo	7	2.275.878
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6	(80.628)	Provisões de instrumentos financeiros		667
Crédito tributário	10	60.033	Obrigações fiscais diferidas	13 – J	571
Outros ativos		126.860	Outros passivos		117.057
Outros créditos – diversos	13 – I	126.860	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	13 – J	2.498
Ativos imobilizados		742	Sociais e estatutárias	13 – J	606
Outras imobilizações de uso	3 – G	2.689	Fiscais e previdenciárias	13 – J	60.251
Depreciações acumuladas	3 – G	(1.947)	Provisão para passivos contingentes	11	1.640
Ativos intangíveis		1.254	Outras obrigações – diversas	13 – J	52.062
Ativos intangíveis	3 – G	2.685	Patrimônio Líquido		632.916
Amortizações acumuladas	3 – G	(1.431)	Capital social		354.296
Total do Ativo		4.194.097	De domiciliados no exterior	9	354.296
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.			Reserva de lucros		278.620
			Reserva legal	9	25.900
			Reservas de lucros	9	252.720
			Total do Passivo e Patrimônio Líquido		4.194.097

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras em 31/12/2025

1. Contexto operacional:
A BMW Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento (“Instituição”) pertence ao Grupo BMW. A Instituição foi criada em 21 de dezembro de 2000 e teve sua constituição homologada pelo Banco Central do Brasil em 24 de abril de 2001, iniciando suas operações em 2 de julho de 2001. A Instituição tem por objetivo principal atender aos clientes na realização de financiamento para aquisição de bens e serviços, nas modalidades de Crédito Direto ao Consumidor (CDC) e “Floorplan”. “Floorplan” é um produto financeiro de curto prazo que tem como objetivo o financiamento de estoque de veículos da rede de concessionárias BMW fornecida pela BMW do Brasil Ltda. As operações são conduzidas no contexto do conjunto de empresas integrantes do Grupo BMW, inclusive a BMW do Brasil Ltda e BMW Manufacturing Indústria de Motores da Amazonia Ltda, as quais atuam de forma integrada no mercado. As demonstrações financeiras devem ser analisadas nesse contexto.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras:
a) Apresentação das demonstrações financeiras: As práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e para a elaboração das demonstrações financeiras emanam da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76, considerando as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09, associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). A Instituição optou pela não apresentação dos saldos comparativos aos períodos anteriores, conforme dispensa pela Resolução CMN nº 4.966/2021, artigo 79. As demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão pela diretoria em 13 de março de 2026. **b) Novas normas que entram em vigor em 2025:** As normas e interpretações relacionadas abaixo, aplicáveis à Instituição, entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025. **I – Resolução CMN nº 4.966/2021 e correlatas:** A Resolução CMN nº 4.966/21 foi emitida no dia 25 de novembro de 2021 com o objetivo de harmonizar as normas internacionais de contabilidade para instrumentos financeiros (IFRS 9 – Instrumentos financeiros) com as normas locais do Banco Central do Brasil. A norma dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Estabelece procedimentos contábeis a serem observados na classificação, reconhecimento e mensuração dos instrumentos financeiros de acordo com o modelo de negócios, incluindo o reconhecimento de juros em caso de atraso, reconhecimento da taxa efetiva de juros contratual, baixa para prejuízo e reconhecimento da provisão com base na perda esperada. A adoção foi aplicada prospectivamente e os impactos estão demonstrados nas demonstrações financeiras de 2025. Os impactos quantitativos da adoção inicial do modelo para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, geraram uma redução do patrimônio líquido de R\$ 1.892, líquido de efeitos tributários. A Instituição não realizou reclassificação de instrumentos financeiros entre as categorias de custo amortizado ou valor justo no resultado durante o exercício de 2025. **II – Resolução CMN nº 4.975/21 e atualizações trazidas pela Resolução CMN nº 5.101/2023:** Estabelece a observância ao Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 06 (R2) – Arrendamentos, no reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil a partir de 1º de janeiro de 2025. A Instituição adotou a norma de forma prospectiva, conforme § 5º da referida Resolução, para os contratos a serem celebrados a partir de janeiro de 2025. No exercício de 2025, não foram celebrados contratos novos e não ocorreram alterações nos contratos existentes, portanto não há impactos da adoção da norma nos saldos contábeis em 31 de dezembro de 2025. **III – Lei Federal nº 14.467/22:** Quanto aos aspectos fiscais relacionados à aplicação dos critérios contábeis estabelecidos na Resolução CMN nº 4.966/2021, a Lei nº 14.467/2022 (com as alterações da Lei nº 15.078/2024) estabeleceu o tratamento tributário no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e demais autorizadas a funcionar pelo BACEN. A partir de 1º de janeiro de 2025, as instituições poderão deduzir, na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), as perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes de atividades relativas a operações inadimplidas, independentemente da data da sua contratação a dedução fiscal estabelecida deverá observar a perda incorrida segundo os percentuais estabelecidos com base no período de inadimplimento. Com base na Instrução Normativa 2296/2025, a partir do mês de janeiro de 2026, as perdas apuradas sobre os créditos que se encontravam inadimplidos em 31 de dezembro de 2024, ainda não deduzidas fiscalmente até 31 de dezembro de 2025, poderão ser excluídas do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, à razão de 1/84 (um oitenta e quatro avos) para cada mês do período de apuração, sendo permitido ainda que as instituições optem, até 31 de dezembro de 2025, de forma irrevogável e irretroativa, por fazer as deduções à razão de 1/120 ao mês. Através de premissas internas levadas em consideração para projeção de resultado da Instituição, é esperada que a utilização dos créditos tributários devida das perdas apuradas em 31 de dezembro de 2024 ocorra em 84 meses a partir de janeiro de 2026. Os efeitos decorrentes da aplicação da Lei nº 14.467/2022 estão refletidos na expectativa de realização dos créditos tributários e passivos fiscais diferidos, demonstrados na Nota 10. **IV – Resolução CMN nº 5.199/2024:** Alterou a Resolução CMN nº 4.955 ao instituir cronograma de transição para a incorporação dos impactos no capital regulatório, de janeiro de 2025 a dezembro de 2027, em linha com as recomendações do Comitê de Basileia. Estabelece adição ao capital principal do valor absoluto do ajuste negativo registrado no Patrimônio Líquido decorrente da aplicação do novo modelo de provisionamento de perdas associadas ao risco de crédito. Não foram identificados impactos relevantes. **c) Novas normas emitidas com vigência futura: I – Resoluções CMN nº 5.100/2023 e 5.146/2024:** Alteram dispositivos da Resolução CMN nº 4.966/21 estabelecendo novos critérios para contratos renegociados e a vigência para os requisitos aplicáveis à contabilidade de hedge para 1º de janeiro de 2027.

3. Principais políticas contábeis:
a) Apuração dos resultados: As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério pro rata dia para as de natureza financeira. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são compostos pelas disponibilidades e aplicações financeiras com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor e prazo inferior a 90 dias. **c) Instrumentos Financeiros: I – Classificação, mensuração e baixa dos ativos financeiros:** Para fins de classificação contábil, ao realizar uma operação ativa, inicialmente esta é avaliada pelo seu modelo de negócio e é efetuada avaliação do teste de SPPI (Solely Payments of Principal and Interests), constataando para cada tipo de ativo a capacidade contratual de coleta de todos os fluxos de caixa da operação (principal + juros). Contudo, dependendo do tipo de ativo é preciso obedecer às regras específicas definidas pelo regulador. O objetivo do teste SPPI é avaliar os termos contratuais dos instrumentos financeiros para determinar se dão origem a fluxos de caixa em datas específicas que se enquadram como somente pagamento de principal e juros sobre o montante principal. Os instrumentos podem ser classificados como: **• VJRA (mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes):** São os instrumentos financeiros que atendam ao critério do teste SPPI, cujo objetivo seja tanto manter os fluxos de caixa recebidos de fluxos de caixa contratuais quanto para venda. **• Custo amortizado:** São os instrumentos financeiros que atendam ao critério do teste SPPI, cujo objetivo seja apenas manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais. São demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidos. **• VJR (mensurados ao valor justo por meio do resultado):** Os instrumentos financeiros que não se enquadram nos conceitos do teste SPPI são mensurados a VJR, como por exemplo, os derivativos. Para adoção inicial da norma, a Instituição formalizou documento contendo o modelo de negócios em linha com a sua estratégia. Para os instrumentos financeiros geridos pela Instituição, foram adotadas as seguintes classificações: **• Ativos financeiros:** Todos ativos financeiros são ge-

Gênero	2024	2025
Mulheres	11 – 55,0%	10 – 65,5%

Demonstrativo da remuneração fixa e variável, segregada por gênero, relativa a cargos ou funções da Instituição:					
Cargo/Função	Gênero	2024		2025	
		Remuneração Fixa comparada com a média	Remuneração Variável comparada com a média	Remuneração Fixa comparada com a média	Remuneração Variável comparada com a média
Analista	Masc	105,2%	94,9%	108,5%	96,4%
	Fem	96,6%	103,1%	93,1%	102,7%
Especialista/Gerente	Masc	104,2%	104,2%	99,9%	93,9%
	Fem	94,3%	94,1%	100,0%	106,1%
Gerente Sr/Diretor	Masc	98,0%	39,3% (*)	101,5%	101,6%
	Fem	116,5%	126,2%	99,4%	119,4%
Diretor Presidente	Masc	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

(*) Proporcional ao período trabalhado, inferior a um ano. **Remuneração dos acionistas:** Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo de 1% sobre o lucro líquido do exercício, ressalvada a ocorrência da hipótese prevista no parágrafo 3º do art. 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que prevê a possibilidade de retenção de todo o lucro pela BMW Financeira S.A. – CFI.

A Administração – 13 de março de 2026.

Demonstrações do Resultado – Semestre e exercício findos em 31/12/2025				Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Semestre e exercício findos em 31/12/2025				
(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)				(Em milhares de Reais)				
				2025				
				Notas	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
Receitas da Intermediação Financeira					307.301	599.995	24.170	63.741
Operações de crédito				6 – F	308.029	587.061	24.170	20.925
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez					6.833	13.736	355	717
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito				6 – D	(7.561)	(802)	7.561	802
Despesas da Intermediação Financeira					(209.443)	(393.042)	12.645	20.084
Operações de captação no mercado				7 – D	(142.355)	(270.577)	(3.736)	(3.678)
Operações de empréstimos e repasses				8	(12.644)	(20.083)	3.648	3.000
Resultado com instrumentos financeiros derivativos				5 – A	(54.444)	(102.382)	4.901	(95.183)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira					97.858	206.953	20.311	68.050
Receitas/Despesas Operacionais					(45.234)	(84.093)		
Rendas de prestação de serviços e tarifas bancárias				13 – K	6.153	8.433		
Despesas de pessoal					(12.158)	(27.099)		
Outras despesas administrativas				13 – L	(31.401)	(51.293)		
Despesas tributárias				13 – M	(9.852)	(15.473)		
Outras receitas operacionais				13 – N	10.764	18.086		
Outras despesas operacionais				13 – O	(8.740)	(16.747)		
Resultado Operacional					52.624	122.860		
Resultado Não Operacional					(11)	(15)		
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro					52.613	122.845		
Imposto de Renda e Contribuição Social					(28.443)	(59.104)		
Provisão para imposto de renda				10	(15.501)	(35.141)		
Provisão para contribuição social				10	(9.294)	(20.963)		
Ativo/(passivo) fiscal diferido				10	(3.648)	(3.000)		
Lucro Líquido					24.170	63.741		
Lucro Por Ação – Em R\$					0,0938	0,2473		
Demonstrações do Resultado Abrangente – Semestre e exercício findos em 31/12/2025				(Em milhares de Reais)				
				2025				
				2º Semestre	Exercício			
Lucro Líquido				24.170	63.741			
Outros resultados abrangentes								
Resultado Abrangente				24.170	63.741			
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Semestre e exercício findos em 31/12/2025								
(Em milhares de Reais)								
		Capital social	Reservas de Lucros					
		Capital integralizado	Aumento de Capital	Reserva Legal	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total	
Saldos em 31 de dezembro de 2024		254.296	–	22.713	293.940	–	570.949	
Ajustes de adoção inicial da Resolução 4.966 (Nota 2)		–	–	–	(1.892)	–	(1.892)	
Saldos em 01 de janeiro de 2025		254.296	–	22.713	292.048	–	569.057	
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	63.741	63.741	
Aumento de Capital (Nota 9 A)		100.000	–	–	(100.000)	–	–	
Destinações do lucro:								
Reserva legal		–	–	3.187	–	(3.187)	–	
Dividendos (Nota 9 B)		–	–	–	–	(606)	(606)	
Reservas de lucros		–	–	–	60.672	(60.672)	–	
Reversão de dividendos provisionados (Nota 9 B)		–	–	–	–	724	724	
Saldos em 31 de dezembro de 2025		354.296	–	25.900	252.720	–	632.916	
Mutações do Exercício		100.000	–	3.187	(41.220)	–	61.967	
Saldos em 30 de junho de 2025		254.296	100.000	24.691	192.048	38.317	609.352	
Lucro líquido do semestre		–	–	–	–	24.170	24.170	
Aumento de Capital (Nota 9 A)		100.000	(100.000)	–	–	–	–	
Destinações do lucro:								
Reserva legal		–	–	1.209	–	(1.209)	–	
Dividendos (Nota 9 B)		–	–	–	–	(606)	(606)	
Reservas de lucros		–	–	–	60.672	(60.672)	–	
Saldos em 31 de dezembro de 2025		354.296	–	25.900	252.720	–	632.916	
Mutações do Semestre		100.000	(100.000)	1.209	60.672	(38.317)	23.564	

		Capital social	Reservas de Lucros				
		Capital integralizado	Aumento de Capital	Reserva Legal	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024		254.296	–	22.713	293.940	–	570.949
Ajustes de adoção inicial da Resolução 4.966 (Nota 2)		–	–	–	(1.892)	–	(1.892)
Saldos em 01 de janeiro de 2025		254.296	–	22.713	292.048	–	569.057
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	63.741	63.741
Aumento de Capital (Nota 9 A)		100.000	–	–	(100.000)	–	–
Destinações do lucro:							
Reserva legal		–	–	3.187	–	(3.187)	–
Dividendos (Nota 9 B)		–	–	–	–	(606)	(606)
Reservas de lucros		–	–	–	60.672	(60.672)	–
Reversão de dividendos provisionados (Nota 9 B)							

e) Concentração dos maiores devedores:

	31 de dezembro de 2025	
10 maiores clientes	810.322	20%
50 seguintes maiores clientes	463.309	12%
100 seguintes maiores clientes	91.786	2%
Demais clientes	2.621.907	66%
Total	3.987.324	100%

f) Resultado de operações de crédito:

	2º Semestre 2025	Exercício 2025
Rendas com operação de "CDC"	244.429	470.890
Rendas com operação de "Floorplan"	76.156	142.529
Recuperações de crédito	7.219	11.857
Perdas com operações		
baixadas para prejuízo	(19.775)	(38.215)
Total	308.029	587.061

7. Depósitos: a) **Interfinanceiros:** Referem-se às captações de recursos com a BMW Leasing do Brasil S.A com vencimento até julho/2026, a taxas pré-fixadas que variam entre 13,29% e 14,20% ao ano e instituições financeiras, com vencimento até outubro/2026, a taxa pós-fixada de 100% do CDI. b) **A prazo:** Referem-se às captações de recursos com concessionárias BMW e BMW Manufacturing Indústria de Motos da Amazônia Ltda., a taxas pós-fixadas de 97% a 100% do CDI, e com a BMW do Brasil a taxas pré-fixadas entre 11,61% e 14,56% ao ano, com vencimento até novembro/2029.

	31 de dezembro de 2025	
Depósitos Interfinanceiros:	31 de dezembro de 2025	
Até 90 dias	34.437	
De 91 até 360 dias	51.337	
Total	85.749	
Depósitos a prazo:	31 de dezembro de 2025	
Até 90 dias	769.972	
De 91 até 360 dias	1.028.398	
Acima de 360 dias	477.508	
Total	2.275.878	

d) Despesas com captação no mercado:

	2º Semestre 2025	Exercício 2025
Despesas de depósitos interfinanceiros	(4.748)	(8.196)
Despesas de depósitos a prazo	(137.607)	(262.381)
Total	(142.355)	(270.577)

8. Obrigações por empréstimos e repasses: Referem-se às captações no exterior provenientes das entidades na Holanda – BMW Holding B.V., no total de R\$ 1.061.655 em 31 de dezembro de 2025 (vide nota 12). As captações têm como último vencimento dezembro/2027, com indexadores em Euro e com taxas pré-fixadas que variam entre 2,47% e 3,20% ao ano. As taxas praticadas estão de acordo com a política do Grupo BMW, que utiliza ferramentas próprias de precificação com base no mercado internacional, e respeitam os preceitos exigidos para fins locais. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o total do resultado com obrigações por empréstimos e repasses foi despesa de R\$ 24.839, sendo R\$ 4.756 referente a receita de marcação a mercado do objeto de hedge.

9. Patrimônio líquido: a) **Capital social:** O capital social é representado por 257.769.782 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. Em 10 de abril de 2025, foi efetuada a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, que tratou de (a) aprovar, sem reservas, as contas dos administradores e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; (b) consignar que não haverá distribuição de dividendos aos acionistas; (c) eleger a Diretoria para o presente exercício social, consignando que a remuneração global e total atribuída à mesma será estabelecida em reunião de Diretoria; e (d) aprovar o aumento do capital social da Companhia, mediante a capitalização de reservas, no montante de R\$ 100.000 (cem milhões de reais), com a emissão de 72.755.510 (setenta e dois milhões, setecentos e cinquenta e cinco mil, quinhentos e dez) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, com aumento do número de ações ordinárias para 257.769.782. A documentação foi homologada pelo Banco Central do Brasil em 13 de junho de 2025 e a Ata de Assembleia foi apresentada à Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP, tendo seu arquivamento registrado em 24 de julho de 2025. b) **Dividendos:** Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo de 1% sobre o lucro líquido do exercício, conforme Estatuto Social. A assembleia de acionistas pode, se não houver oposição de nenhum acionista presente, deliberar distribuição de dividendo inferior ao obrigatório ou a retenção de todo o lucro, nos ter os termos do art. 202, parágrafo 3º da Lei nº 6.404/76. Nesse contexto, na Assembleia Geral Ordinária ocorrida em 10 de abril de 2025 foi deliberado a não distribuição de dividendos aos acionistas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. A reversão dos dividendos foi realizada após a homologação da Ata da Assembleia Geral Ordinária pelo Banco Central do Brasil. c) **Reservas: Reserva legal:** Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do período, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. **Reservas de lucros:** Referem-se aos lucros que deixaram de ser distribuídos aos acionistas. De acordo com a legislação em vigor, o saldo em Reservas de Lucros, exceto para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o Capital Social. Atinindo esse limite, a próxima Assembleia, prevista para abril de 2026, deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização do capital social ou na distribuição de dividendos.

	31 de dezembro de 2025	
Resultado antes da tributação sobre o lucro	122.845	122.845
Adições/(-) Exclussões permanentes:	10.692	9.781
Adições/(-) Exclussões temporárias:		
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	4.342	4.342
Recuperação de créditos de liquidação duvidosa	(7.180)	(7.180)
Marcação a mercado – Swap e Empréstimos	15.538	15.538
Contingências civis, fiscais e trabalhistas	(3.679)	(3.679)
Provisões operacionais	(1.897)	(1.897)
Base de cálculo	140.661	139.750
Alíquota (IR 15%)	(21.099)	-
Adicional (IR 10%)	(14.042)	-
Alíquota (CS 15%)	-	(20.963)
Ativo fiscal diferido	(1.875)	(1.125)
Efeito do IR e CS no resultado	(37.016)	(22.088)

b) Movimentação do ativo fiscal diferido:

	Saldo em 31/12/2024	Adição 2025	(-) Baixa 2025	Saldo em 31/12/2025
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	30.669	23.854	(26.705)	27.818
Perdas de Crédito e perda incorrida – adoção inicial	28.818	5.849	(8.721)	25.946
Outras (contingências, operacionais, MTM e empréstimos)	8.500	2.070	(4.301)	6.269
Total	67.986	31.773	(39.727)	60.033

c) Movimentação do passivo fiscal diferido:

	Saldo em 31/12/2024	Adição 2025	(-) Baixa 2025	Saldo em 31/12/2025
MTM Swap e Empréstimos	(6.786)	(571)	6.786	(571)
Total	(6.786)	(571)	6.786	(571)

A Administração da Instituição referendou o estudo técnico da realização dos créditos tributários, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.842/2020, contemplando as regras de perdas incorridas nos recebimentos de créditos instituídas pelas Leis nº 14.467/22 e Lei nº 15.078/24. Os créditos tributários foram constituídos sobre diferenças temporárias e, com base no estudo supracitado, foi possível estimar a geração de lucros tributáveis futuros sobre os quais ocorrerá a realização dos créditos tributários. O valor presente dos créditos tributários, constituído na data do balanço, calculado com base na projeção da taxa Selic de R\$ 53.797. O valor presente dos passivos diferidos, constituído na data do balanço, calculado com base na taxa Selic de R\$ 536. O valor atual dos créditos tributários, líquido de passivo diferido é de R\$ 59.457. Em 31 de dezembro de 2025, a expectativa de realização dos créditos tributários é a seguinte:

	31 de dezembro de 2025	
Crédito Tributário e Passivo Diferido	31 de dezembro de 2025	
Valor Nominal	Valor Presente	
Em 2026	28.149	24.993
Em 2027	9.618	8.617
Em 2028	5.467	4.953
Em 2029	4.306	3.902
Em 2030	11.917	10.797
Total	59.457	53.261

11. Passivos contingentes: Os passivos contingentes são registrados nos livros contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, forem considerados riscos de perda de uma ação judicial ou administrativa, com provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. a) **Contingências civis:** São ações judiciais de caráter indenizatório, medidas cautelares, ações de obrigação de fazer, declaratórias ou revisional de cláusulas contratuais, em que há probabilidade de desembolso financeiro. As ações são controladas individualmente e provisionadas de acordo com a avaliação de êxito/perda pelos assessores jurídicos, considerando a situação de cada processo, eventuais decisões judiciais prolatadas, bem como o entendimento do Poder Judiciário local, ou das Instâncias Superiores, quando houver, em relação ao assunto em discussão. b) **Contingências trabalhistas:** São ações judiciais que visam o pagamento de verbas pleiteadas por colaboradores da instituição – empregados ou não – em que há probabilidade de desembolso financeiro. As ações são controladas individualmente e provisionadas de acordo com a avaliação de êxito/perda pelos assessores jurídicos, considerando a situação de cada processo, eventuais decisões judiciais prolatadas, bem como o entendimento do Poder Judiciário local, ou das Instâncias Superiores, quando houver, em relação ao assunto em discussão. c) **Contingências passivas:** Os passivos contingentes mencionados nos itens anteriores referem-se às ações movidas contra a instituição e/ou que possuem algum tipo de pleito contrário à mesma. Os passivos classificados como perdas prováveis estão integralmente contabilizados.

	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Total
Saldo em 31/12/2024	(667)	(3.464)	(1.189)	(5.320)
(-) Constituições	(745)	-	(51)	(796)
Reversões	295	3.464	717	4.476
Saldo em 31/12/2025	(1.117)	-	(523)	(1.640)

Houve encerramento de auto de infração fiscal no período com pagamento. d) **Resumo de passivos contingentes, causas classificadas como possíveis:**

	Causas possíveis	
	31 de dezembro de 2025	
Qtde Processos	Montante R\$	
	101	13.227
Cíveis	5	3.856
Fiscais	5	105
Trabalhistas	111	17.187

As causas classificadas como possíveis referem-se a ações judiciais nas quais ainda não se pode precisar a probabilidade de perda,

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas BMW Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da BMW Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Enfase – Informações comparativas:** Chamamos a atenção para a Nota 2 às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa de apresentação das cifras comparativas nas demonstrações financeiras do semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025 conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, se fazê-lo, consideramos se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Instituição é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

em razão da fase processual em que se encontram, bem como de divergência jurisprudencial sobre os temas discutidos. As causas classificadas como remotas referem-se a ações judiciais nas quais a probabilidade de perda é considerada inexistente, de baixa probabilidade, ou onde seja impossível, no momento da avaliação, mensurar o risco, por falta de elementos de fato ou por não se conhecendo o risco, por falta de elementos de fato ou por não se conhecendo o risco. **12. Partes relacionadas:** As operações da Instituição são conduzidas levando em consideração a participação de empresas ligadas, inclusive quanto à prestação de serviços administrativos de forma centralizada, sendo estas divulgadas de acordo com o CPC 05 homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09. O controlador da BMW Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento é a BMW España Finance, S.L. a) **Transações com partes relacionadas:** Os principais saldos mantidos com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2025 podem ser demonstrados da seguinte forma:

	31/12/2025	Ativo (Passivo)	Receitas (Despesas) Exercício 2025
BMW do Brasil Ltda.	31/12/2025		
Outros créditos – diversos	137	433	
Equalizações a receber	24.195	207.753	
Depósitos a prazo	(2.232.811)	(253.920)	
Outras obrigações – diversas	(755)	(3.144)	
BMW Manufacturing Indústria de Motos da Amazônia Ltda.			
Outros créditos – diversos	71	789	
Equalizações a receber	3.947	56.564	
Depósitos a prazo	(21.591)	(2.265)	
BMW Leasing do Brasil S/A			
Depósitos interfinanceiros	(65.236)	(7.683)	
BMW AG			
Outras obrigações – diversas	-	(3.821)	
BMW Finance N.V.			
Empréstimos em moeda estrangeira	(1.061.655)	(24.839)	
BMW Financial Services North America, LLC			
Outras obrigações – diversas	-	(1.176)	
BMW Bank GmbH Portugal			
Outras obrigações – diversas	-	(691)	

b) **Remuneração do pessoal-chave da administração:** Pessoal-chave da administração são as pessoas com autoridade e responsabilidade pela direção e controle das atividades da Instituição e é composto pelos membros estatutários.

	2º Semestre 2025	Exercício 2025
Salários e honorários da Administração	2.597	5.501
Remuneração da administração		

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de pós-emprego, de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o seu pessoal-chave da Administração.

13. Outras informações: a) **Resumo da Descrição da Estrutura Integrada de Gerenciamento de Riscos:** Com o objetivo de atender as disposições dos normativos vigentes aplicáveis, emitidos pelos órgãos reguladores competentes, o Departamento de Riscos das empresas BMW Financeira S.A. – CFI e BMW Leasing do Brasil S.A. – Arrendamento Mercantil, denominadas em conjunto BMW Serviços Financeiros, é o responsável pelo gerenciamento dos riscos da instituição, sendo os mais relevantes: - Risco de Crédito; - Risco Operacional; - Risco de Mercado e IRRBB (variação das taxas de juros em instrumentos classificados na carteira bancária); - Risco de Liquidez; - Risco de Segurança Cibernética; e - Risco Social, Ambiental e Climático. O Departamento de Riscos junto à instituição adota uma política conservadora em termos de exposição a riscos, emitindo diretrizes e fixando os limites definidos pela Alta Administração, em linha com as normas estabelecidas pelo Grupo BMW, conforme descrito nos materiais disponibilizados no sítio da Instituição e na Declaração de Appetite por Riscos (RAS), disponível em repositório interno. Em suas atividades, a BMW Serviços Financeiros gerencia os riscos sob os quais está exposta de forma integrada, respeitando o seu Appetite a Risco, visando alcançar os objetivos estratégicos definidos. Para tanto, o Departamento de Riscos possui processos para identificar, mensurar, avaliar, reportar, controlar e mitigar os riscos sob os quais a instituição está sujeita. b) **Risco de crédito:** Definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. Visando realizar uma efetiva gestão e gerenciamento do risco de crédito, a Instituição estabelece provisões de risco de crédito adequadas ao grau de risco. Não obstante, monitora os valores das garantias contratuais e o comportamento da carteira. c) **Risco operacional:** Os Riscos Operacionais são definidos como aqueles capazes de causar perdas, financeiras ou não, em função das falhas nas atividades executadas por pessoas, sistemas, inadequação de processos, incluindo aquelas causadas por eventos externos. Como parte do processo de Gerenciamento de Riscos Operacionais, existe um ciclo de atividades desenvolvidas durante cada exercício, no sentido de rever e identificar novos cenários de Risco Operacional, bem

como Planos de Ação e Controles Internos para mitigar os mesmos. Também faz parte deste ciclo, o treinamento dos colaboradores da instituição. d) **Risco de Mercado, Liquidez e Variação de Taxas de Juros (IRRBB):** Risco de Liquidez: Definido como a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - ocasionando em “descasamentos” entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. Risco de Mercado: Definido como a possibilidade de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, bem como de sua margem financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, da variação das taxas de juros para os instrumentos classificados na carteira bancária (IRRBB), dos preços de ações e dos preços de mercadorias (“commodities”). Dado o escopo restrito de operações realizadas pela BMW Serviços Financeiros e o portfólio de produtos oferecidos pela Instituição a exposição da BMW Serviços Financeiros ao Risco de Mercado se resume à exposição ao IRRBB, detalhada a seguir. Risco de Variação de Taxa de Juros (IRRBB): Define-se o IRRBB como o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária. Em linha com os princípios da norma aplicável, a BMW Serviços Financeiros definiu uma política de gerenciamento do risco de mercado e liquidez, aprovada pela Diretoria. Não obstante, o controle das exposições de Risco de Mercado/Liquidez, é realizado dentro do comitê de riscos e com a matriz da BMW no exterior. e) **Risco Cibernético:** Em linha com os princípios da norma aplicável, a BMW Serviços Financeiros definiu uma Política de Segurança Cibernética e Plano de Ação e Respostas a Incidentes, aprovados pela Diretoria, contemplando dentre outros aspectos, diretrizes que buscam assegurar a confidencialidade, a integridade e a disponibilidade de dados e dos sistemas de informação utilizados. f) **Riscos Social, Ambiental e Climático:** Conforme os princípios da norma aplicável, a BMW Serviços Financeiros estabelece processos para mitigar a exposição aos riscos social, ambiental e climático, com o objetivo de reduzir a capacidade desses riscos potencializarem demais riscos. Esse processo de mitigação passa pela identificação e pelo monitoramento da relação desses riscos com os riscos de crédito e de liquidez. Vale ressaltar que a relevância dos riscos Social, Ambiental e Climático, segundo critérios definidos pela BMW Serviços Financeiros, é considerada baixa. g) **Patrimônio líquido exigido:** O patrimônio líquido exigido é calculado com base nas demonstrações consolidadas - conglomerado prudencial - e os detalhes estão divulgados nas demonstrações da BMW Financeira S/A – CFI, líder do Conglomerado. Em 31 de dezembro de 2025, a BMW Serviços Financeiros, encontra-se enquadrada no limite mínimo de patrimônio compatível com o risco da estrutura dos ativos conforme normas e instruções estabelecidas pela Resolução nº 2.099/94 e legislações complementares. O índice da Basileia, apurado de forma consolidada para o Conglomerado Prudencial da BMW Serviços Financeiros, conforme as Resoluções nº. 4.192/13 e 4.193/13, em 31 de dezembro de 2025 é de 18,03%. Conforme apresentado abaixo:

	31/12/2025	
Patrimônio de Referência (PR)	701.086	
PR Mínimo para RWA	311.018	
Margem para o Limite de Basileia - sem o RBAN	390.067	
IB - Índice da Basileia	18,03%	
Margem Correspondente ao RBAN	26.047	
Valor para o Limite de Basileia - com o RBAN	169.634	
h) Gestão de Capital: Em cumprimento às disposições da norma aplicável e suas alterações, as informações sobre o gerenciamento de Risco de Capital das empresas BMW Financeira S.A. – CFI e BMW Leasing do Brasil S.A. – Arrendamento Mercantil, denominadas em conjunto “BMW Serviços Financeiros”, são devidamente reportadas aos órgãos reguladores competentes. A BMW Serviços Financeiros desenvolve políticas e estratégias para o Gerenciamento de Capital com o apoio de sua área de negócios, visando manter o capital em níveis adequados de acordo com a estratégia adotada em conjunto com a matriz. Para tanto, são utilizadas informações oriundas de metodologias oficiais de planejamento do Grupo BMW, garantindo o processo e a produção das informações de suporte ao gerenciamento de capital, cujos resultados são apresentados e monitorados pelo Comitês de Risco. i) Outros créditos:	31/12/2025	
Créditos tributários (Nota 10 - B)	60.033	
Impostos a compensar	3.225	
Créditos - Disponibilização bancária	35.084	
Valores a receber - Partes relacionadas (Nota 12 - A)	28.350	
Fiscais e previdenciárias	53.609	
Depósitos judiciais	967	
Diversos	5.625	
Total	186.893	
Circulante	125.893	
Longo Prazo	61.000	
Total	186.893	

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. São Paulo, 13 de março de 2026. **PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.** – CRC 2SP000160/0-5. **Ricardo Barth de Freitas** – CRC 1SP235228/0-5.

	31/12/2025	
j) Outras obrigações:	31/12/2025	
Provisões para pagamentos a efetuar	(20.556)	
Provisões para passivos contingentes (Nota 11 - C)	(1.640)	
Provisões folha de pagamento	(1.867)	
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	(2.498)	
Sociais e estatutárias	(606)	
Fiscais e previdenciárias	(60.251)	
Obrigações fiscais diferidas	(571)	
Equalização de taxas a diferir	(18.265)	
Diversas	(11.374)	
Total	(117.628)	
Circulante	(113.910)	
Longo Prazo	(3.718)	
Total	(117.628)	

	2º Semestre 2025	Exercício 2025
Receita com taxa de cadastro (i)	6.153	8.433
Total	6.153	8.433

(i) Compõe a taxa efetiva de juros.

	2º Semestre 2025	Exercício 2025
l) Outras despesas administrativas:	2º Semestre 2025	
Despesa com processamento de dados	(9.183)	(12.907)
Despesa com serviços de terceiros	(5.174)	(9.456)
Despesa com serviços técnicos especializados	(4.687)	(9.267)
Despesas com auditoria externa	(627)	(685)
Despesas com seguros	(1.471)	(2.322)
Despesas com marketing	(2.514)	(3.477)
Despesas com aluguel	(659)	(1.364)
Despesas com cobrança	(3.054)	(5.679)
Despesas bancárias	(934)	(1.795)
Diversos	(3.098)	(4.341)
Total	(31.401)	(51.293)

	2º Semestre 2025	Exercício 2025
m) Despesas tributárias:	2º Semestre 2025	
PIS/COFINS	(5.397)	(10.104)
Impostos sobre importação (serviços)	(3.529)	(3.751)
ISS	(922)	(1.606)
Outros tributos	(4)	(12)
Total	(9.852)	(15.473)

	2º Semestre 2025</
--	--------------------